

O tecnosolucionismo como ativo político-eleitoral: uma análise das propostas para segurança pública na eleição de Porto Alegre em 2024

Isadora Zorzi¹

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo: O artigo analisa a adesão ao discurso tecnosolucionista nas propostas para a segurança pública de Porto Alegre no primeiro turno das eleições de 2024. Para tanto, realiza-se análise qualitativa dos programas de governo e posts no Instagram dos quatro candidatos mais votados. Os resultados revelam o apelo às tecnologias nos discursos eleitorais recorrendo à retórica da inevitabilidade e neutralidade das soluções tecnológicas associadas à segurança, em maior ou menor medida. Em todos os casos, faltam dados sobre eficácia, uso ou financiamento, assim como debate sobre impactos éticos, sociais e desigualdades estruturais. Aponta-se que a adoção desse discurso contribui para a ocultação de continuidades de práticas antigas de controle social e policiamento a partir de tecnologias, evidenciando a necessidade de repolitizar a discussão sobre tecnovigilância.

Palavras-chave: tecnosolucionismo; tecnovigilância; segurança pública; eleições.

ZORZI, Isadora. O tecnosolucionismo como ativo político-eleitoral: uma análise das propostas. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (29): 425-442, maio a agosto de 2025. ISSN: 2358-5587

¹ Mestranda em Ciências Criminais na PUCRS, pesquisadora no grupo Criminologia, Cultura Punitiva e Crítica Filosófica/CNPQ, especialista em Direito Penal e Política Criminal e bacharela em Direito pela UFRGS.

Technosolutionism as a political-electoral asset: an analysis of public security proposals in Porto Alegre's 2024 Election

Abstract: This article analyzes the adoption of the technosolutionist discourse in public security proposals in Porto Alegre during the first round of the 2024 elections. A qualitative analysis was conducted on the government programs and Instagram posts of the four most voted candidates. The results reveal the appeal to technologies in electoral discourses often relying on the rhetoric of inevitability and neutrality of technological solutions associated with security, to varying degrees. In all cases, there is a lack of data on effectiveness, usage, or funding, as well as discussion on ethical, social, and structural inequality impacts. It is noted that the adoption of this discourse contributes to concealing continuities of old social control and policing practices through technologies, highlighting the need to repoliticize the discussion on technosurveillance.

Keywords: technosolutionism; technosurveillance; public security; municipal elections.

El tecnosolucionismo como activo político-electoral: un análisis de las propuestas de seguridad pública en las elecciones de Porto Alegre de 2024

Resumen: Este artículo analiza la adopción del discurso tecnosolucionista en las propuestas de seguridad pública en Porto Alegre durante la primera vuelta de las elecciones de 2024. Se realizó un análisis cualitativo de los programas de gobierno y publicaciones en Instagram de los cuatro candidatos más votados. Los resultados revelan el recurso a las tecnologías en los discursos electorales recurriendo a la retórica de inevitabilidad y neutralidad de las soluciones tecnológicas asociadas a la seguridad, en mayor o menor medida. En todos los casos, faltan datos sobre eficacia, uso o financiamiento, así como debate sobre impactos éticos, sociales y desigualdades estructurales. Se señala que la adopción de este discurso contribuye a ocultar continuidades de prácticas antiguas de control social y policial a través de tecnologías, evidenciando la necesidad de repolitizar la discusión sobre tecnovigilancia.

Palabras clave: tecnosolucionismo; tecnovigilancia; seguridad pública; elecciones municipales.

Segurança (e tecnovigilância) também são assuntos da prefeitura

“Segurança também é assunto da prefeitura” (BRIZOLA, 2024f). O bordão, repetido em algumas postagens de uma das candidatas à prefeitura de Porto Alegre nas eleições de 2024, é ilustrativo da tendência de incorporação da segurança pública como tema central nas agendas dos municípios brasileiros. Embora não constitua atribuição legal obrigatória das administrações municipais,² no último quadriênio verificou-se um aumento proporcionalmente maior da participação dos municípios no financiamento da política urbana de segurança, em comparação à União e aos estados³.

Ao mesmo tempo, observa-se no Brasil uma queda nos níveis de crimes tradicionalmente atrelados à violência urbana. Em 2024, o país registrou a menor taxa de mortes violentas intencionais desde 2012 e o número de roubos está em decréscimo em todo o Brasil desde 2018, e os roubos vêm diminuindo de forma contínua desde 2018. Entre os fatores que explicam esse cenário, observa-se desde 2020 uma transformação na governança criminal — ou seja, nas formas de organização do crime — que tem como um de seus elementos a inversão de tendência em relação aos crimes de estelionato, que cresceram significativamente, impulsionados pelo ambiente digital (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

Mesmo diante de reduções importantes nas taxas de criminalidade⁴ e de um volume expressivo de recursos destinados à área⁵, a segurança pública segue sendo percebida como prioridade pelo eleitorado. Esse cenário indica que as ações dos governos não têm conseguido reduzir a sensação de insegurança da população. O gerenciamento dessa insegurança percebida, no entanto, torna-se um ativo político e econômico cuja exploração, atrelada ao apelo das tecnologias enquanto soluções modernas e eficazes, é especialmente estratégica nas campanhas eleitorais.

Estudos empíricos sobre as propostas dos candidatos às prefeituras brasileiras vêm evidenciando uma “banalização institucional da tecnovigilância em que o reconhecimento facial é uma espécie de “carro-chefe” da atuação moderna dos órgãos de segurança pública” (MELO, 2025: 6) e, portanto, a tendência à municipalização da vigilância como política de segurança pública, muito atrelada ao que se conhece como solucionismo tecnológico (O PANÓPTICO, 2024). Essa adesão, ademais, é frequentemente associada à “implantação sub-regulamentada de

² A Constituição Federal estabelece, a partir do art. 144, o exercício dessa competência majoritariamente por órgãos federais e estaduais, podendo os Municípios constituírem as Guardas Municipais (§8). O Anuário aponta que o aumento de gastos na esfera municipal concentra-se, em suma, nesse órgão ou em ações de apoio às polícias estaduais (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

³ De 2021 a 2024, a União aumentou suas despesas em 36,9%, os estados em 19,8% e os municípios em 58,2%. Importa considerar que essas porcentagens englobam também despesas da subfunção defesa civil, que teve gastos relevantes em razão dos desastres ambientais no período — 9 dos 10 municípios com maiores despesas per capita em 2024 são do Rio Grande do Sul, que enfrentou enchente histórica (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

⁴ Embora crimes como homicídios, roubos e furtos tenham diminuído, os dados referentes a 2024 indicam que aumentaram os crimes cometidos contra mulheres, crianças e adolescentes, crimes de racismo e sexuais, além das apreensões de drogas. As taxas de letalidade policial seguem altas no país (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

⁵ Em 2024, as despesas com a pauta somaram 153 bilhões, o que equivale a aproximadamente 1,3% do PIB nacional — com crescimento de 6,1% em comparação a 2023. Para fins de comparação, os investimentos em saúde pública alcançaram cerca de 3,8% do PIB em 2022 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

vigilância algorítmica por municípios, associações de vigilância de bairros, bem como empresas de segurança locais” (FIRMINO e DUARTE, 2015: 741).

Diante desse contexto, o presente trabalho propõe verificar se, e como, o discurso do solucionismo tecnológico foi explorado como ativo político-eleitoral nas propostas para segurança pública dos candidatos à prefeitura de Porto Alegre em 2024. Embora o estudo divulgado pelo O Panóptico (2024) tenha apontado que o plano de governo que levou Sebastião Melo à reeleição incorpore elementos tecnosolucionistas à política de segurança pública, este artigo preenche uma lacuna ao realizar uma análise mais ampla. A partir da análise das propostas eleitorais dos quatro candidatos com maior votação no primeiro turno — Sebastião Melo (MDB), que obteve 49,72% dos votos; Maria do Rosário (PT), 26,28%; Juliana Brizola (PDT), 19,69%; e Felipe Camozzato (Novo), 3,83% (G1, 2024)⁶ — busca-se oferecer um panorama mais abrangente sobre como o discurso político tem contribuído para a banalização do uso de tecnologias de vigilância na política municipal de Porto Alegre.

Para responder à pergunta de pesquisa, adota-se uma abordagem qualitativa, analisando tanto as propostas apresentadas pelos quatro candidatos quanto o discurso que as acompanha nas contas oficiais de *Instagram*, com ênfase no uso de tecnologias digitais na segurança pública. O *corpus* de análise é formado pelos planos de governo, disponíveis *online* e pelas postagens das contas no *Instagram* durante o período oficial de campanha do primeiro turno (16 de agosto a 5 de outubro de 2024, conforme art. 57-A da Lei Eleitoral), que foram manualmente mapeadas.

Além desta introdução, o segundo capítulo apresenta os aportes teóricos em torno do conceito de solucionismo tecnológico (MOROZOV, 2013), situando-o no contexto mais amplo de constituição de tecnopolíticas no capitalismo contemporâneo. No terceiro capítulo, apresenta-se um breve panorama sobre o contexto político e social local em que as propostas dos candidatos foram formuladas, seguido da análise dos dados coletados, com base nos referenciais teóricos, identificando como as tecnologias aparecem nos discursos e em que medida se aproximam da lógica solucionista, problematizando seus sentidos e implicações.

Por fim, o quarto capítulo traz as considerações finais, entrelaçando as discussões do artigo com perspectivas de resistência ao controle social amplificado pelas tecnologias digitais, partindo do pressuposto de que a tecnologia não é neutra e de que é possível repensar os “agenciamentos sociotécnicos que determinam usos sociais da tecnologia na tentativa de reverter formas de dominação e exclusão social” (LATOURETTE, 1994).

Tecnosolucionismo: a força discursiva do capitalismo de vigilância

É possível situar o surgimento do capitalismo digital, compreendido como um modelo de acumulação e exploração capitalista cuja base organizativa é a economia digital, no início da década de 90, com a web, a privatização da infraestrutura digital e a ascensão do Vale do Silício (JIMÉNEZ GONZÁLEZ e RENDUELES MENÉNDEZ DE LLANO, 2020: 95). Ao buscar compreender a “ideologia do modelo capitalista californiano”, Barbrook e Cameron (1996: 44) identificaram

⁶ Além desses, também concorreram ao cargo de prefeito de Porto Alegre: Carlos Alan (PRTB), César Pontes (PCO), Fabiana Sanguiné (PSTU), Luciano do MLB (UP).

que a questão crucial não era a internet e a tecnologia digital em si, mas a estrutura sociotecnológica e econômica gerada a partir delas – antevendo características do que mais tarde caracterizaríamos como capitalismo de plataforma (SRNIECK, 2017).

A partir da crise financeira global de 2008, que expôs os limites da desregulação dos mercados financeiros a partir de seu epicentro, levando a um abalo do projeto neoliberal até então promovido enquanto projeto hegemônico mundial, foi necessário o estabelecimento de novas coordenadas políticas para esse modelo. Diante desse cenário, a utopia tecnológica tornou-se, para além de uma fonte de solução para a crise de acumulação capitalista, um “bote salva-vidas” para uma gama aparentemente ilimitada de problemas (JIMÉNEZ GONZÁLEZ e RENDUELES MENÉNDEZ DE LLANO, 2020: 95).

Neste mesmo cenário, com o deslocamento massivo de capital especulativo para o setor das tecnologias, bem como o financiamento público de pesquisa e infraestrutura – cujos frutos foram rapidamente privatizados – ocorreu uma rápida capitalização e crescimento desse setor. As *big techs*, a partir do controle sobre as infraestruturas da economia digital e de um poder quase ilimitado para determinar as relações de produção, fortaleceram de maneira inédita seu poder político (JIMÉNEZ GONZÁLEZ e RENDUELES MENÉNDEZ DE LLANO, 2020: 95).

Esse domínio, portanto, se espalha para além do mercado – envolve a captura de dados em larga escala, a intermediação algorítmica de relações sociais e laborais, e a capacidade de influenciar agendas públicas, políticas regulatórias e processos eleitorais. Zuboff (2020), sob a conceitualização do capitalismo de vigilância, descreve essa lógica político-econômica, em que grandes empresas de tecnologia se apropriam da experiência humana para transformá-la em dados orientados à comercialização e ao lucro.

Embora tanto o *solucionismo*, enquanto ideologia que legitima aspirações de busca constante por melhoria nos mais diversos âmbitos, quanto os problemas que surgem a partir de sua adoção não seja uma novidade⁷, Evgeny Morozov desenvolve sua teoria justamente na intersecção entre esse fenômeno e o conceito de tecnopolítica. Isto é, se todos os mais profundos dilemas políticos, éticos, jurídicos, sociais e comunicacionais do estágio atual do capitalismo perpassam pelas dinâmicas forjadas por uma cultura tecnológica (LAMA e SANCHEZ-LAULHE, 2009), não seria diferente com a ideologia do solucionismo, que toma novas proporções vez que seus maiores adeptos se encontram no Vale do Silício.

A partir disso, a internet se tornou “o ímpeto de muitas das iniciativas solucionistas contemporâneas ao mesmo tempo em que é a venda que nos impede de ver suas deficiências” (MOROZOV, 2013: 15). Esse fenômeno, marcado muito mais por uma presunção do que por uma investigação efetiva dos problemas que se propõe solucionar – isto é, uma busca pela resposta antes de as perguntas terem sido completamente colocadas – é o que o autor denomina *solucionismo tecnológico*.

Essa lógica privilegia soluções baseadas em dados para aprimorar comportamentos individuais, despolitizando as questões e dando a elas roupagem de problemas técnicos que poderiam ser resolvidos por plataformas digitais e tecnologias. Da mesma forma, promove soluções tecnológicas privadas para problemas públicos, em uma lógica de privatização. Ainda, essas soluções tecnológicas, que

⁷ Pensadores de diversas áreas já trataram dos problemas advindos de uma compreensão simplista de práticas complexas – Ivan Ilich protestou contra os sistemas eficientes, mas desumanizadores de ensino; Jane Jacobs denunciou a arrogância dos planejadores urbanos; e Hans Jonas questionou o “conforto frio” da cibernética (MOROZOV, 2013).

colocam a eficiência técnica como valor central, transformam problemas sociais complexos em oportunidades de mercado (MOROZOV, 2013).

Para compreender como esses aspectos se manifestam nas políticas de controle social — e são articulados por meio dos discursos sobre segurança pública —, é preciso situá-los não apenas no contexto mais amplo de avanço do neoliberalismo, mas também como resposta a uma atmosfera política e social marcada pela crescente demanda por maior eficiência estatal na gestão da questão criminal, alimentada pela mobilização dos medos e inseguranças.⁸

Adentrando na realidade brasileira, “são essas demandas que imprimem continuamente no imaginário público a ideia de “é preciso que seja feito algo para melhorar” e este “fazer algo” necessariamente ganharia forma por meio de respostas institucionais públicas para o problema” (RIBEIRO, 2024: 71). O *como fazer* é que ainda estaria em disputa, e, nesse sentido, a solução tecnológica desponta. Para além da resposta às demandas sociais, o apelo ao uso de tecnologias age em um *duplo aspecto de eficácia* — “pela eficácia atribuída aos equipamentos técnicos para prevenir e combater delitos, mas também produz uma marca de modernidade que insere aquele território na competição do fluxo global por investimentos” (LUZ, 2024: 95).

Portanto, para tratar das intersecções entre políticas de controle criminal e tecnologias digitais, é essencial inserir esse contexto no prisma da agenda das cidades inteligentes, na medida em que se proliferam sistemas de vigilância algorítmica como o Muralha Inteligente em Curitiba, o *Smart Sampa*, o Muralha Paulista e tantos outros ancorados na utopia do controle total da cidade. Dentre diversos elementos, o que mais interessa ao presente estudo é que as intersecções da tecnologia, planejamento urbano e segurança pública compartilham um léxico comum, ligado ao solucionismo tecnológico.

Para além do papel central das corporações, o mercado das cidades inteligentes no Brasil opera mais como um ecossistema — múltiplos agentes interagindo em esferas locais, regionais e transnacionais. Integram esse ecossistema as *big techs*, empresas brasileiras, algumas instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil (na prática, ausentes em parcelas significativas dos debates, concentrados em feiras, exposições e fóruns com alto custo de acesso) e o setor público. Este último assume um papel importante enquanto “patrocinador e consumidor de tecnologia, especialmente através de agências de desenvolvimento e bancos que facilitam negociações à porta fechada com empresas” (REIA e CRUZ, 2025: 936).

O discurso tecnosolucionista é igualmente central nesses ambientes restritos, reservados para transações comerciais entre corporações e autoridades públicas, nos quais projetos são promovidos a partir de uma combinação de “palavras da moda” que buscam convencer municípios de que estão adotando um atalho para a eficiência — somando a promessa de digitalização e otimização de serviços públicos à pressão simbólica de se tornar a “cidade mais inteligente” do país, expressa em diversos *rankings* (REIA e CRUZ, 2025).

Essa lógica leva a uma crescente privatização das infraestruturas urbanas por meio da datificação — processo denominado por Reia e Cruz (2025) como *smart-washing* de serviços urbanos. A ampla adoção de sistemas de vigilância baseados

⁸ Nesse âmbito, é importante referenciar o adendo de Morozov no sentido de que sua crítica não advoga contra nem nega que muitos dos problemas que os solucionistas tentam resolver são importantes e merecem uma resposta. No entanto, a urgência e relevância dessas questões não legitima automaticamente as soluções tecnológicas em voga, somente por serem apresentadas como novas, limpas e eficientes (MOROZOV, 2013).

em inteligência artificial em cidades de todo o país promove, a um ritmo acelerado, essas tecnologias como soluções para a segurança pública sem sopesar os riscos – como a coleta não autorizadas de dados e a violação de privacidade. Essas novas práticas de vigilância, potencializadas pelo alcance ampliado das tecnologias, restringem a capacidade dos cidadãos de aproveitar livremente os espaços urbanos, confiar nas instituições, expressar dissidências e se engajar ativamente nas suas comunidades – limitando o exercício do direito à cidade.

Quando tecnologias de reconhecimento facial, videomonitoramento ou drones, por exemplo, são apresentadas nos discursos eleitorais como soluções para problemas de violência e insegurança urbana, reduz-se a complexidade das questões envolvendo a segurança pública a meras questões de eficiência técnica. Com isso, abdica-se de um debate sério sobre os impactos do uso das tecnologias sobre os direitos individuais e os riscos associados à intensificação da vigilância e ao agravamento das desigualdades sociais, adotando-se as tecnologias como panaceia geral (AMARAL e DIAS, 2024).

O solucionismo tecnológico, portanto, entra nessa equação apresentando-se como força discursiva do capitalismo digital, a partir da constante inserção de argumentos envoltos nas gramáticas informação e tecnologia, transmitindo a ideia de conhecimento e progresso, e afastando reflexões econômicas e políticas sobre o fenômeno (AMARAL e DIAS, 2024). O agenciamento desse discurso na segurança pública restringe o debate a soluções pontuais e isoladas, focando apenas nos efeitos das questões subjacentes. Em outras palavras, “como não estão dispostos a discutir mudanças estruturais, evitam enfrentar os verdadeiros problemas políticos, optando por desenvolver paliativos digitais” (SALLES e AMARAL, 2020: 152).

Porto Alegre do século XXI: tecnovigilância entre o controle do crime e a vitrine global

Em 2024, o governo estadual anunciou que o Rio Grande do Sul viveu “o ano mais seguro da história”, com base na redução de diversos indicadores de criminalidade. Na capital, até o dia 17 de junho, os homicídios haviam caído 44%, os roubos a pedestres diminuíram 48% e os roubos de veículos, 46% em comparação com o mesmo período de 2023 (MENDES, 2024).

O governador Eduardo Leite (PSDB, à época), atribuiu esses resultados ao Programa RS Seguro, lançado em fevereiro de 2019, que priorizou ações nos municípios com maior concentração de crimes letais — como era o caso de Porto Alegre. A coleta e o mapeamento contínuo de dados, especialmente com o uso da plataforma Gestão Estatística em Segurança Pública (GESeg), foram apresentados como eixos centrais do projeto.

Na esfera municipal, o discurso da Prefeitura de Porto Alegre, à época sob gestão de Sebastião Melo (MDB), reforçou a ideia de que o poder local também assumiu papel ativo na promoção da segurança urbana. No balanço de sua gestão, incorporado ao plano de governo para as eleições de 2024, o prefeito destacou investimentos em tecnologia, como a ampliação do videomonitoramento, a adoção de câmeras corporais pela Guarda Municipal, a instalação de totens interativos em áreas de grande circulação, a modernização do Centro Integrado de Coordenação de Serviços (CEIC) e a ampliação do uso de *softwares* de inteligência artificial e do aplicativo Detetive Cidadão (MELO e WORM, 2024).

Contudo, a relação entre as políticas públicas adotadas e a queda nos índices de criminalidade não é tão direta quanto os discursos oficiais fazem parecer. Os

números se inserem em uma tendência mais ampla observada no país, atravessada por múltiplos fatores: desde a transformação nos padrões dos crimes patrimoniais — em parte influenciada por uma migração ao digital — até reconfigurações internas de organizações criminosas. Em 2016, Porto Alegre enfrentava um pico histórico de homicídios, vinculado a disputas entre coletivos criminais. O arrefecimento desses conflitos, a partir de 2018, é um elemento relevante para compreender a posterior queda nos índices de violência letal (SILVA, 2025).

Outro fator a ser considerado é que, embora os homicídios estejam em uma decrescente no país, as taxas de morte por violência policial demonstram duas persistências alarmantes: desde 2018, a marca de mais de seis mil mortes anuais; e a manutenção de um padrão sobre quem são os principais atingidos — homens, jovens, negros e moradores das periferias (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). Diante desse cenário, é legítimo questionar se estamos, de fato, diante de uma redução da violência ou de um processo mais complexo de gestão da insegurança, no qual os dispositivos tecnológicos assumem centralidade.

Como tratado no subcapítulo anterior, a eficácia atribuída às tecnologias digitais é mobilizada não apenas na prevenção e combate de delitos, mas também para consolidar uma marca de modernidade, projetando a cidade na vitrine global. Em Porto Alegre, essa transição acompanha uma mudança de paradigma: a cidade que nos anos 90 “inspirou utopias democráticas e igualitárias” (SILVA, 2024), berço de iniciativas como o Orçamento Participativo, reconhecido internacionalmente como um projeto-modelo de urbanismo, foi aos poucos tornando-se a *metrópole do século XXI* de acordo com os marcadores ditados pelas tendências mercadológicas da agenda *smart city* e pelos interesses de um seletivo grupo econômico e político influente na cidade⁹.

Segundo Winckler (2023), os diálogos iniciais para a consolidação da agenda inteligente no âmbito municipal, atrelada ao modelo de cidade neoliberal, ocorreram no governo de José Fortunati (PDT). Esse processo se acelerou a partir de 2017, na gestão de Nelson Marchezan Jr. (PSDB), com uma reforma administrativa que estabeleceu “estruturas institucionais para PPPs e, posteriormente, a possibilidade de concessão de equipamentos e aquisição de tecnologias no mercado *smart*” (WINCKLER, 2023: 179).

A partir das bases estabelecidas nessas gestões, a autora argumenta que a agenda *smart city* se consolida em Porto Alegre durante o mandato de Sebastião Melo (MDB). Um marco é a Lei de Liberdade Econômica, que se entrelaçou à agenda inteligente especialmente pela aprovação da Lei de Liberdade Tecnológica, que abriu ao setor privado um dos últimos resguardos da condução da inovação urbana via poder público — a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de Porto Alegre (Procempa) (WINCKLER, 2023).

Nesse período, os aparatos tecnológicos — promovidos sob a bandeira das cidades inteligentes e associados a uma concepção de gestão voltada à liberdade econômica, aos negócios e ao empreendedorismo — passaram a ocupar posição central também nas políticas de segurança pública municipais. Um exemplo emblemático foi a instalação dos Totens de Segurança¹⁰, doados pela empresa DGT, responsável também pelas câmeras de vigilância da cidade. Testados inicialmente

⁹ Definido por Winckler (2023) como *coalizão pró-inovação*, em referência aos seus vínculos com a consolidação da agenda inteligente na cidade, e por Silva (2024) como *Os donos de Porto Alegre*, para enfatizar seu poder econômico e político.

¹⁰ Tratam-se de equipamentos com 4 metros de altura e 3 câmeras de videomonitoramento com capacidade de captar imagens a 360°, com um botão de segurança que pode ser acionado pela população em casos de emergência para acesso a serviços de segurança e saúde (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2024).

no Centro Histórico, esses totens se inseriram em um conjunto de modernizações implementadas na região desde 2021, incluindo melhorias na iluminação pública e na rede de monitoramento (SILVA, 2021a).

Embora os primeiros usos de câmeras de vigilância na cidade datem de 2004 — quando foram instalados os primeiros dez equipamentos, com investimento do Estado, da União e participação da sociedade civil (RIO GRANDE DO SUL, 2004) —, a política municipal de videomonitoramento ganhou impulso significativo a partir da inauguração do CEIC, em 2012, no âmbito do Projeto “POA Segura” e vinculada à realização da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016. O avanço mais expressivo, contudo, ocorreu nos últimos anos: na época do POA Segura, o CEIC integrava dados de cerca de 300 câmeras; hoje, conforme o site da prefeitura, gerencia aproximadamente 2,3 mil câmeras externas e internas. Outro indicador é que os cinco projetos que utilizam técnicas de reconhecimento facial em via pública na capital, mapeados pelo O Panóptico, têm como data de início o período entre 2019 e 2025¹¹.

Dessa forma, as tecnologias de segurança pública se consolidaram como instrumentos estratégicos, capazes de projetar uma imagem de modernidade e eficiência, deslocando o debate sobre violência para a esfera da gestão técnica e do controle social. Essa construção histórica fornece o pano de fundo para compreender como a tecnovigilância foi mobilizada como ativo político-eleitoral nas eleições de 2024.

O tecnosolucionismo como ativo político-eleitoral nas propostas para segurança pública de Porto Alegre nas eleições de 2024

A consolidação da tecnovigilância em Porto Alegre, articulada historicamente às agendas *smart city* e à gestão efficientista da segurança urbana, forneceu um terreno fértil para que o solucionismo tecnológico se tornasse um ativo político-eleitoral nas eleições de 2024. A seguir, a análise dos programas de governo e *posts* dos candidatos permite observar como essa lógica foi mobilizada em diferentes intensidades e estratégias discursivas.

A figura abaixo sistematiza os dados obtidos nas postagens do *Instagram*:

Análise de postagens ¹²			
Candidato	Total de postagens	Postagens sobre segurança pública	Postagens sobre tecnologias na segurança pública
<i>Felipe Camozzato</i>	160	2	1
<i>Juliana Brizola</i>	666	10	7
<i>Maria do Rosário</i>	740	5	0
<i>Sebastião Melo</i>	287	2	2

Fonte: elaboração própria.

¹¹ A metodologia desenvolvida pelo O Panóptico considera como projeto “quando uma entidade governamental ou privada (que compartilha dados para fins de segurança pública) inicia testes, compra ou recebe em doação tecnologias de reconhecimento facial”. Nesse artigo, foram considerados somente os projetos em via pública.

¹² No período de campanha eleitoral do primeiro turno - de 16 de agosto de 2024 até 05 de outubro de 2024, véspera do pleito, conforme art. 57-A da Lei Eleitoral.

No perfil do *instagram* do então candidato do Partido NOVO Felipe Camozzato (@felipecamozzato), o *post* que explora o uso de tecnologias na segurança pública é composto de texto e vídeo e trata da intenção de investir no fortalecimento da Guarda Municipal e na sua atuação no policiamento ostensivo em apoio à Brigada Municipal, a partir da viabilização do uso de câmeras de monitoramento e do compartilhamento de dados entre Guarda Municipal e Brigada Municipal a fim de gerar um mapa de calor de ocorrências na cidade (CAMOZZATO, 2024a). O título do *post*, “PRECISAMOS DAR FIM À SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA NA CAPITAL”, é ilustrativo da mobilização das inseguranças da população como justificativa para a adoção de tecnologias de vigilância. Nesse sentido, a “sensação” é tratada como dado técnico passível de ser solucionado por meio de algoritmos e câmeras – desloca-se o debate mais profundo para um debate sobre gestão eficiente.

O plano de governo do candidato, por sua vez, é subdividido em eixos dentro dos quais, temas como saúde, educação, segurança etc. aparecem de forma transversal – com a constante inserção de soluções digitais, demonstrando uma compreensão da cidade como uma interface a ser otimizada. No eixo “2 – Fortalecer”, consta o ponto 2.4, intitulado “SEGURANÇA E PRESENÇA: A GUARDA NAS RUAS - Porto Alegre com sensação de segurança!”. Aqui, novamente se apela para a gramática do medo e da eficiência – evoca-se a ideia de uma cidade insegura e apresenta-se a solução a partir de uma racionalização técnica.

As propostas, por fim, sedimentam a aposta na tecnologia: consta o “Fortalecimento da inteligência da Guarda Municipal, com monitoramento das regiões que mais carecem de patrulhamento” e “incremento da conexão entre a Guarda Municipal e a Brigada Militar, com o aumento de câmeras de monitoramento em lugares estratégicos, de modo a municiar o trabalho de policiamento ostensivo da Brigada” (CAMOZZATO, 2024b: 8).

O programa de governo da candidata Juliana Brizola também é dividido em eixos – dentro do eixo Segurança, são elencadas 5 medidas, e 4 exploram usos de tecnologia na segurança pública¹³. Dentre elas, ressaltam-se duas medidas que adotam uma gramática de eficiência que remete à neutralidade técnica dos dados como critério de legitimação da atividade preventiva e repressiva: a de valorização dos profissionais da segurança a partir da integração, que é associada ao compartilhamento de dados e o aprimoramento de sistemas de inteligência e estatística criminal; e a de criação de um Observatório Municipal de Segurança Pública com recursos humanos e tecnológicos para coletar, analisar e divulgar dados, monitorar indicadores e avaliar os impactos das políticas da área (BRIZOLA, 2024a: 10).

Com o subtítulo apelativo “Olhos atentos contra o crime!”, a medida intitulada Rede de videomonitoramento inteligente é a que mais detalha a aplicação de ferramentas tecnológicas. O uso da metáfora ocular é ilustrativo da naturalização da vigilância como estratégia de segurança, ativando um imaginário de onipresença. São apresentadas quatro ações: (1) expansão do uso de tecnologias de monitoramento e integração com câmeras privadas; (2) instalação de câmeras de alta resolução em áreas de maior incidência criminal; (3) criação de um programa de incentivo à integração de câmeras de condomínios, empresas e residências à

¹³ A única medida na qual a “proposta e ação” não contempla usos tecnológicos de forma explícita é a quinta: “combate Integral à violência contra mulheres em Porto Alegre”.

rede municipal; e (4) implementação de tecnologias de análise inteligente de imagens, como reconhecimento facial e leitura de placas (BRIZOLA, 2024a: 8-9).

Apesar desse conjunto de propostas específicas, nos sete *posts* da candidata que fazem menção ao uso de tecnologia, prevalece um vocabulário abstrato, com expressões genéricas como “investimento *pesado* em tecnologia” (BRIZOLA, 2024b); “inteligência, monitoramento” (BRIZOLA, 2024c); “integração tecnológica entre as forças” (BRIZOLA, 2024d); “investir em tecnologia e trabalhar em conjunto para integrar as forças de segurança” (BRIZOLA, 2024e). O uso dessa linguagem nos *posts* opera como marcador de modernidade e eficiência; ao mesmo tempo, não se atrela o discurso a nenhuma política específica, evidenciando o uso da tecnologia como forma de adjetivação das propostas, mobilizando a aura de neutralidade e inevitabilidade em torno do dispositivo tecnológico.

Em terceiro lugar, o plano de governo da candidata Maria do Rosário se organiza no formato de proposta com horizonte de 10 anos. Para cada área, o documento estrutura inicialmente um diagnóstico seguido das medidas propostas. No capítulo “A política Municipal de Segurança Pública”, a candidata define sua proposta de segurança para a cidade como centrada em “ações de prevenção, com base no investimento em treinamento, inteligência, antecipação aos fatos, trabalho científico, tecnologia e um conjunto de ações sociais” (ROSARIO e FILGUEIRA, 2024: 21). Ainda que a tecnologia figure nesse conjunto, sua centralidade é visivelmente menor em comparação aos demais planos analisados.

Entre as 13 medidas previstas para o campo da segurança, apenas duas fazem referência direta ao uso de tecnologias. A primeira diz respeito ao “acompanhamento dos efeitos da política de uso das câmeras corporais”, sugerindo um compromisso com a avaliação contínua de práticas já implementadas. A segunda propõe “realizar um mapeamento sobre uso eficiente de informações e artefatos tecnológicos em apoio à política de segurança pública na cidade”, destacando que “o uso deve estar acompanhado da ideia de aperfeiçoamento constante das ferramentas eletrônicas e tecnológicas, como, por exemplo, OCR, que possibilitam a leitura de placas de veículos que podem estar em furtos ou roubo” (ROSARIO e FILGUEIRA, 2024: 23).

No perfil de Maria do Rosario (@_mariadorosario), dos cinco *posts* que trataram sobre segurança pública¹⁴ de modo abrangente, nenhum menciona usos de tecnologia na segurança pública diretamente. Em um dos *posts*, um carrossel retomando as propostas da candidata, faz-se referência a “propostas de segurança preventiva e integrada”, o que pode ser interpretado como uma menção indireta ao uso de tecnologias. Ainda assim, recorre a linguagem menos espetacularizante, o que deve ser levado em conta na análise do discurso empregado.

Dessa forma, haja menção a artefatos tecnológicos no plano de governo de Maria do Rosário, seu uso é tratado de forma mais cautelosa, subordinado a uma lógica de política pública de segurança que prioriza uma aderência ponderada e menos solucionista às tecnologias. Isso aponta para uma abordagem mais alinhada a concepções de segurança pública como responsabilidade de longo prazo.

Por fim, o plano de governo do candidato eleito Sebastião Melo inicia por uma recapitulação de seus feitos na prefeitura, assumindo a tecnologia como eixo estruturante da atuação municipal na área da segurança pública: “investimos em tecnologia, integração e no fortalecimento da Guarda Municipal, que deixa de ter

¹⁴ Três *postagens* replicaram vídeo de Leonel Radde destacando apoio da candidata aos trabalhadores da segurança pública e referenciando lei penal aprovada pela política; uma mostrou reunião com entidades da BM; e, em outra, fez-se referência a “propostas de segurança preventiva e integrada”, genericamente.

um papel estritamente patrimonial para aumentar a presença no cotidiano da população.” (MELO e WORM, 2024: 11). Os dois *posts* no perfil oficial de Melo no *Instagram* que tratam de segurança pública reforçam o tom de prestação de contas, destacando o sistema de monitoramento de veículos como símbolo da política de inovação adotada pela gestão (MELO, 2024a; MELO, 2024b).

Na seção “estratégias de gestão”, são apresentadas medidas divididas em oito eixos, sendo que em cinco deles há menções diretas ao uso de tecnologias. Entre as propostas, estão: aquisição de drones autônomos para patrulhamento de áreas públicas, aumento no número de totens de segurança, ampliação do cerco eletrônico de veículos¹⁵, extensão do projeto piloto de integração do Shopping Total a demais centros e supermercados de Porto Alegre¹⁶ e implantar o projeto de ampliação e qualificação da estrutura do CEIC¹⁷.

Ainda, um dos eixos trata do “aprimoramento do sistema de videomonitoramento”, propondo a instalação de câmeras nos novos abrigos de ônibus, como parte do contrato de concessão; integração dos sistemas de videomonitoramento com banco de dados de foragidos (Susepe) e desaparecidos (Polícia Civil), possibilitando a utilização da tecnologia analítica de inteligência artificial implantada nesta gestão, que agrega reconhecimento facial, análise comportamental e vídeo sinopse (para busca forense).

Por ser prefeito à época, Sebastião Melo estruturou grande parte de sua campanha a partir da própria administração em curso. Nessa estratégia de continuidade, os usos de tecnologia aparecem de forma mais concreta do que nos programas dos outros dois candidatos. Ainda, por estar vinculado ao cenário decorrente de sua própria gestão, o discurso mobiliza menos o medo ou a sensação de insegurança na cidade. Ainda assim, suas propostas se ancoram no marco do solucionismo tecnológico, ao tratar a segurança pública sob um viés efficientista e quantitativo — quanto mais aparatos, melhor —, defendendo o aumento de câmeras, totens e a ampliação do CEIC, sem apresentar fundamentação sobre os resultados dessas tecnologias ou sobre os objetivos concretos que pretendem alcançar. Em outras palavras, embora destaque as iniciativas já em curso na cidade e as credite à sua gestão, não fornece dados estatísticos sobre a eficácia desses aparatos e mantém a opacidade sobre seus usos, formas de operação e fontes de financiamento.

A análise dos discursos de campanha dos candidatos à prefeitura de Porto Alegre revela a ampla adesão ao solucionismo tecnológico nas propostas de segurança pública, ainda que em diferentes graus e registros. Entre os programas analisados, apenas o da candidata Maria do Rosário adota uma postura mais prudente frente às tecnologias, sugerindo mecanismos de avaliação e uso qualificado — como o “acompanhamento dos efeitos” do uso de câmeras corporais e o “mapeamento sobre uso eficiente de artefatos tecnológicos” — o que indica uma tentativa de incorporar essas ferramentas dentro de uma lógica política mais ampla, sem reduzi-las a soluções em si mesmas. A ausência de menções a dispositivos tecnológicos de segurança em sua comunicação digital reforça essa postura não espetacularizante, que escapa — ao menos em parte — da lógica de fetichização técnica dominante.

¹⁵ Sistema que utiliza câmeras instaladas em pontos estratégicos da cidade para identificar e recuperar veículos envolvidos em roubo ou furto. Ao receber uma notificação, o sistema gera um alerta para as autoridades e busca o veículo por suas características (DIBE, 2023).

¹⁶ Não foram encontradas outras informações sobre o projeto no plano de governo ou no site da prefeitura.

¹⁷ O Centro Integrado de Coordenação de Serviços da Cidade de Porto Alegre (Ceic-POA), vinculado à Secretaria Municipal de Segurança, gerencia cerca de 2,3 mil câmeras e, através do projeto POA Segura, prevê a instalação de mais 400 câmeras e tecnologias de inteligência artificial. Criado em 2012, o centro reúne secretarias municipais e monitora locais públicos de Porto Alegre (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2022).

Já as campanhas dos demais candidatos mobilizam tecnologias como soluções desejáveis para os problemas da segurança urbana. Felipe Camozzato adere a uma racionalidade pautada na expansão de tecnologias de monitoramento e mapeamento, estruturando uma visão de cidade como sistema de informação a ser otimizado. Juliana Brizola, por sua vez, adota um léxico genérico e performático de inovação, que, embora carregado de promessas tecnológicas, carece de concretude, operando mais como um artefato retórico que evoca modernidade e eficiência. Por fim, Sebastião Melo oferece o exemplo mais acabado de adesão ao solucionismo tecnológico: apresenta um catálogo robusto de tecnologias já implementadas ou em execução, associando sua gestão à promessa de uma cidade inteligente e segura, sob o signo da eficiência técnica e da continuidade administrativa, sem qualquer menção às implicações éticas ou ancoragem em dados estatísticos sobre os usos e eficácia das tecnologias.

Tais formulações se inscrevem diretamente no paradigma do solucionismo tecnológico descrito por Morozov (2013): uma ideologia que, ao reduzir problemas complexos como a violência urbana a desafios técnicos, promove soluções privadas, despolitiza os conflitos sociais e transforma oportunidades de mercado em substitutivos da deliberação pública. Essa dinâmica está inserida em um contexto mais amplo de reestruturação do capitalismo de vigilância, no qual as grandes corporações de tecnologia — a partir da captura de dados e da mediação algorítmica da vida urbana — consolidam seu poder político-econômico e influenciam agendas públicas, inclusive em nível local.

O que não transparece nos discursos oficiais e propostas institucionais sobre tecnovigilância na segurança pública e que, como refere Purificação Melo (2024), também é sintomático do tecnosolucionismo, são implicações éticas da tecnovigilância¹⁸. Nada sobre questões que envolvam a regulação das tecnologias ou sobre os casos *nada* isolados de prisão e abordagem a partir de reconhecimentos equivocados, principalmente de homens negros¹⁹, que resultaram inclusive no banimento das tecnologias de reconhecimento facial nos espaços públicos em cidades como São Francisco e Oakland, nos Estados Unidos (WIRED, 2024). Tanto esses vieses quanto o fato de que o recrudescimento dos processos de vigilância recai de forma mais intensa sobre parcelas específicas da população, mais do que erros, revelam uma continuidade de práticas históricas discriminatórias.

Para além do solucionismo tecnológico: politizar a falha e resistir à tecnovigilância

A rápida expansão da tecnovigilância é uma realidade no Brasil e no mundo. A partir disso, o presente artigo buscou investigar como o uso de tecnologias digitais na segurança pública é mobilizado em um contexto eleitoral municipal, apontando as aproximações desse discurso com uma lógica tecnosolucionista.

Três dos quatro candidatos — com exceção de Maria do Rosário, que adotou um discurso mais cauteloso — recorreram amplamente ao uso de tecnologias de vigilância em suas propostas para a segurança pública. O prefeito reeleito, Sebastião Melo, propôs expandir as tecnologias já implementadas em sua gestão, evitando mobilizar o medo a fim de destacar pontos positivos da gestão. Os demais

¹⁸ Os dados aqui levantados ecoam as conclusões do estudo de Purificação Melo (2025), que apontou que, nas 15 capitais mais populosas do Brasil, nenhum dos programas de governo dos candidatos eleitos menciona implicações éticas da tecnovigilância.

¹⁹ Conforme monitoramento do uso do reconhecimento facial na segurança pública desde o início de seu uso em grande escala no país, dados do CESeC revelaram que 90% das pessoas presas com o uso dessa tecnologia em 2019 eram negras e acusadas de crimes sem uso de violência (NUNES *et al.*, 2025).

candidatos, por sua vez, fizeram uso mais retórico das tecnologias associando-as à gramática da insegurança. Em todos os casos, faltaram dados sobre eficácia, utilização e financiamento, assim como qualquer discussão sobre implicações éticas ou sobre o reforço de desigualdades.

A ausência de debates sobre os riscos éticos e legais, sobretudo anterior à implementação massiva de tecnologias de reconhecimento facial nos municípios brasileiros, têm levado organismos internacionais, ONGs, instituições públicas e legisladores a recomendar restrições ou proibições. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2020), por exemplo, orientou que os Estados não utilizem tecnologias de reconhecimento facial para identificar indivíduos em assembleias pacíficas e sugeriu moratórias até que seu uso esteja em conformidade com padrões de privacidade e proteção de dados (NUNES *et al.*, 2025).

Os debates destacam o potencial discriminatório dessas tecnologias, especialmente em relação a pessoas negras (SILVA, 2020), uma vez que os órgãos responsáveis pela segurança pública historicamente operam para a “vigilância, classificação, segregação e exclusão de corpos racializados” (PURIFICAÇÃO MELO, 2024: 6). Nesse escopo, em 2022 surgiram diversas iniciativas de resistência da sociedade civil, como a campanha *Tire Meu Rosto da Sua Mira*, que lançou uma carta aberta com quatro reivindicações: proibição do uso de reconhecimento facial; interrupção de projetos que utilizem a tecnologia para segurança pública; publicação de relatórios de impacto; e recusa do setor privado em incentivar tais projetos. Entre janeiro e fevereiro de 2023, em parceria com grupos locais de sociedade civil, a campanha promoveu ações territoriais de discussão e sensibilização da população, incluindo atividades em praças públicas de capitais como Porto Alegre (PURIFICAÇÃO MELO, 2024).

No mesmo período, a campanha *#SaiDaMinhaCara* consolidou esforços legislativos, com mais de 50 parlamentares protocolando projetos de lei em câmaras municipais e assembleias legislativas pelo banimento do reconhecimento facial em espaços públicos. Como resultado dessa campanha, tramita na Câmara de Vereadores de Porto Alegre um projeto de lei protocolado pelo vereador Matheus Gomes (PSOL), que visa banir a utilização do reconhecimento facial nos espaços públicos da cidade (ROMAGNA, 2022).

Essas mobilizações ilustram resistências possíveis à banalização da tecnovigilância, retirando as tecnologias de um patamar de neutralidade técnica e elevando-as a um problema político a ser enfrentado coletivamente. No entanto, para que sejam criados outros arranjos entre técnica e política capazes de reverter formas de dominação e exclusão social, é necessário ir além das críticas centradas nos vieses, limitações e erros dessas tecnologias

Primeiro, é essencial compreender que “as novas tecnologias de segurança vão continuar falhando, mas os investimentos não vão parar” (DUARTE, 2024: 13), pois a evolução a partir da falha está no cerne da noção de progresso das *big techs*. Em que pese as contribuições para os debates sobre discriminação algorítmica, muitas críticas são incorporadas pelos desenvolvedores em processos de otimização de seus sistemas, de modo que as denúncias podem, paradoxalmente, funcionarem como motor da inovação e legitimar a disseminação de ferramentas punitivas (DUARTE, 2024).

Nesse sentido, Duarte (2024) propõe que é necessário repolitizar a falha, mobilizando-a estrategicamente a fim de explicitar os múltiplos atores e interesses inerentes ao processo de desenvolvimento tecnocientífico e como há influência dos marcadores de classe, raça e gênero. Como argumenta o autor:

As tecnologias não só não estão livres desses condicionantes, mas congelam relações de poder em códigos de difícil contestação, eliminando os espaços de negociação interpessoal em que valores morais e práticas discriminatórias são resistidos e transformados. Em última análise, tendências punitivas das reformas policiais ganham força quando o debate sobre inovações nos mecanismos de controle se limita a apontar erros e desvios, negligenciando como eles impactam relações de poder e respondem ao desejo por um sistema de justiça retaliativo. (DUARTE, 2024: x)

Portanto, é central ter em mente que essas tecnologias se inserem como continuidade aos reformismos da polícia, numa busca por legitimidade da instituição, que incorpora recomendações de grupos de direitos humanos centradas na ausência de protocolos baseados em direitos humanos e garantias constitucionais. Como resposta, as polícias reforçam a narrativa de que soluções baseadas em inteligência artificial funcionam como remédios aos vieses institucionais a partir da falácia da neutralidade técnica. O discurso pode ser novo e as tecnologias de última geração, no entanto, desempenham a mesma antiga função das polícias: produzir saber sobre a cidade para gerir a população, agora contando com o alto potencial de processamento tecnológico (LASINTEC, 2025)

Para quebrar o ciclo interminável de polícias e reformas,

é preciso produzir situações de recusa que escapem à forma moderna e contemporânea das tecnologias de governo de uns sobre os outros, o que nomeamos como política. A revolta contra esses controles começa aí: não é necessariamente uma ação espetacular e violenta, mas uma decisão que pode ser expressa de forma simples e direta como recusa antipolítica em participar dos controles; uma maneira de matar, antes de mais nada, o policial que habita as condutas de cada um e de cada uma (LASINTEC, 2025)

Os resultados desta pesquisa demonstram que a narrativa tecnosolucionista é mobilizada como promessa eleitoral, escondendo que se trata de uma remodelação de políticas antigas sem adentrar questões fundamentais. Reafirma-se a importância de tensionar o entusiasmo em torno dessas soluções “panaceias gerais” e promover um debate qualificado sobre os usos da tecnologia no espaço urbano, sob pena de legitimar práticas que ampliam desigualdades e restringem direitos em nome de uma eficiência pouco discutida e muito celebrada.

Recebido em 1 de maio de 2025.

Aprovado em 3 de agosto de 2025.

Referências

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS. Relatório A/HRC/44/24: *Impact of new technologies on the promotion and protection of human rights in the context of assemblies, including peaceful protests*. Nações Unidas, 2020.

AMARAL, Augusto Jobim do; DIAS, Felipe da Veiga. *Tecnopolítica Criminal*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2024.

BRASIL. Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997. *Estabelece normas para as eleições*. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1 out. 1997.

BRIZOLA, Juliana. [A segurança precisa ser feita por quem entende do assunto!]. *Instagram*, 12 set. 2024d.

BRIZOLA, Juliana. [A segurança também é dever do município!]. *Instagram*, 4 set. 2024c.

BRIZOLA, Juliana. [Porto Alegre pode ser uma cidade mais segura!]. *Instagram*, 18 set. 2024f.

BRIZOLA, Juliana. [Todo mundo conhece alguém que já passou por um assalto ou outra situação de violência em Porto Alegre]. *Instagram*, 19 set. 2024e.

BRIZOLA, Juliana. [Você anda tranquilo com o celular na mão em Porto Alegre?]. *Instagram*, 2 set. 2024b.

BRIZOLA, Juliana. *Plano de Governo*. Porto Alegre, 2024a.

CAMOZZATO, Felipe. [PRECISAMOS DAR FIM À SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA NA CAPITAL!]. *Instagram*, 5 set. 2024a.

CAMOZZATO, Felipe. *Plano de Governo*. Porto Alegre, 2024b.

DIBE, Luiz. Com ajuda do cercamento eletrônico, 44% dos veículos roubados ou furtados em Porto Alegre foram recuperados no primeiro quadrimestre. *GZH*, 24 maio de 2023.

DUARTE, Daniel Edler. Tecnopolíticas da falha: dispositivos de crítica e resistência a novas ferramentas punitivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 39: e39017, 2024.

ELESBÃO, Ana Clara Santos. *Algoritmos na sociedade da exposição: um estudo de caso sobre o mecanismo comercial de busca do Google*. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais), PUCRS, 2021.

FIRMINO, Rodrigo J. “Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal”. In: BRUNO, Fernanda et al. (orgs.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018. pp. 69-91.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

G1. Resultado das apurações – Porto Alegre, 20 out. 2024.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

JIMÉNEZ GONZÁLEZ, Aitor; RENDUELES MENÉNDEZ DE LLANO, César. Capitalismo digital: fragilidade social, exploração e solucionismo tecnológico. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, 17 (2): 95-101, 2020.

KANASHIRO, Marta Mourão. *Sorria, você está sendo filmado: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Sociologia, UNICAMP, 2006.

LABORATÓRIO DE ANÁLISE EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E TECNOLOGIAS DE MONITORAMENTO (LASINTEC). *Boletim (Anti) Segurança*, 40. Coord. Acácio Augusto. São Paulo: LASINTEC, 2025.

LAMA, José Perez de; SANCHEZ-LAULHE, José. “Consideraciones a favor de un uso más amplio del término tecnopolíticas”. In: SABARIEGO, Jesús; AMARAL, Augusto Jobim do; SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho (orgs.). *Algoritarismos*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2009. pp. 15-40.

LUZ, Valentina Fonseca da. *Narrativas da vigilância: incorporação do video-monitoramento urbano à produção da verdade jurídica em processos criminais*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFRGS, 2024.

MELO, Sebastião. [Melo já está ampliando a área de cobertura do cercamento eletrônico da cidade]. *Instagram*, 2 out. 2024a.

MELO, Sebastião. [Post tratando do sistema de monitoramento de roubo de automóveis]. *Instagram*, 16 out. 2024b.

MELO, Sebastião; WORM, Betina. *Porto Alegre: uma Cidade em Transformação: conquistas dos últimos quatro anos estratégias de gestão para o período 2025-2029*. Porto Alegre: Coligação Estamos Juntos, 2024..

MENDES, Leticia. Como Porto Alegre chegou ao menor número de homicídios da história. *GZH*, Porto Alegre, 23 jun. 2024.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOROZOV, Evgeny. *To Save Everything, Click Here: The Folly of Technological Solutionism*. New York: PublicAffairs, 2013.

NUNES, Pablo et al. *Mapeando a vigilância biométrica: levantamento nacional sobre o uso do reconhecimento facial na segurança pública*. Rio de Janeiro: CE-SeC, 2025.

O PANÓPTICO. [Post sobre eleições 2024 e a vigilância nos municípios]. *Instagram*, 4 out. 2024.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. “Experiências com tecnoativistas: resistências na política do individual?”. In: BRUNO, Fernanda et al. (orgs.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018. pp. 341–355.

PEREIRA, Gabriel; ISRAEL, Carolina; FIRMINO, Rodrigo; KRAMER, Henrique; ABAD, Júlia. Building a digital wall: the political economy of smart surveillance in Curitiba, Brazil. *Globalizations*, 22 (1): 1–21, 2025.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Saiba como utilizar os serviços dos totens de segurança. 18 ago. 2024.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Secretaria de Segurança inicia novo projeto de ampliação e modernização do Ceic. 14 mar. 2022.

PURIFICAÇÃO MELO, Paulo Victor. Para quais rostos as câmeras apontam? Resistências à banalização institucional do reconhecimento facial no Brasil. *Contemporânea: comunicação e cultura*, 22: 2024.

PURIFICAÇÃO MELO, Paulo V. Tecnovigilância e potenciais discriminatórios: análise sobre propostas de uso de tecnologias na segurança pública nas 15 cidades mais populosas do Brasil. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 12 (1): 2025.

RIBEIRO, Marcelo da Silva. “Do tecnosolucionismo ao vigilantismo”: um estudo sociológico sobre os usos de emergentes tecnologias pelas forças de segurança do Ceará. Tese (Doutorado em Sociologia), UFC, 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. Começa o monitoramento de Porto Alegre por câmeras de vídeo. Porto Alegre, 27 set. 2004.

ROMAGNA, Duda. Vereadores apresentam projeto de lei contra uso de reconhecimento facial em Porto Alegre: mobilização nacional #SaiDaMinhaCara aponta problemas graves envolvendo raça e gênero no uso dessa tecnologia pela segurança pública. Sul 21, Porto Alegre, 21 jun. 2022.

ROSÁRIO, Maria do; FILGUEIRA, Tamyres. *POAÇÃO: Plano de ação participativo - Programa de governo da chapa Maria e Tamyres para a prefeitura de Porto Alegre*. Porto Alegre: Coligação o Povo de Novo na Prefeitura, 2024.

SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho; AMARAL, Augusto Jobim do. “Pandemia, vigilância e os perigos do ‘solucionismo tecnológico’”. In: GIACOMOLLI, Nereu (org.). *Ciências Criminais e COVID-19*. Porto Alegre: Tirant lo Blanch, 2020. pp. 152–165.

SILVA, Lucas Souza da. *As novas dinâmicas do crime em Porto Alegre: os impactos da guerra entre coletivos criminais na vida dos jovens da Vila Jardim*. Trabalho de Conclusão (Curso em Ciências Sociais), UFRGS, 2021.

SILVA, Marcelo Kunrath. Os donos de Porto Alegre. *Preprint*, jun. 2024.

SILVA, Tarcizio. “Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código”. In: SILVA, Tarcizio (org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais*. São Paulo: LiteraRua, 2020. pp. 120.

SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.

WINCKLER, Joana de. *Porto Alegre, cidade inteligente: análise crítica de uma agenda urbana*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFRGS, 2023.

WIRED. 5 years after San Francisco banned face recognition, voters ask for more surveillance, 2024.

ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.